

Assistência financeira da União nas redes públicas municipais de ensino de Araranguá e Balneário Arroio do Silva

Caroline Cristiano Cardoso¹, Nalú Farenzena²

¹ Autora Caroline Cristiano Cardoso, Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
² Orientadora Nalú Farenzena

INTRODUÇÃO

Cada nível governamental do Brasil possui uma responsabilidade com a educação escolar e uma prioridade no atendimento do financiamento da educação. Para os municípios a prioridade é a educação infantil e o ensino fundamental, para os estados a prioridade é o ensino fundamental e o ensino médio e a rede pública federal é organizada e mantida pela União, que também é responsável por conceder assistência financeira e técnica aos municípios e estados.

O projeto visou apreciar a representatividade dos recursos de assistência financeira da União nos orçamentos de dois municípios específicos de Santa Catarina. Para identificar a representatividade dessa assistência e caracterizá-la, foi necessário pesquisar as receitas e gastos públicos, assim como os índices de escolarização da população e da oferta educacional.

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho quali-quantitativo, estruturada como estudo de caso em dois municípios. Iniciou em agosto de 2012, com a leitura de referências sobre o tema. Os dados trabalhados foram agrupados em três categorias: oferta educacional – matrículas nos anos de 2001, 2006 e 2011; escolaridade e escolarização da população em 2010 – taxas de analfabetismo e frequência à escola; receitas e gastos em educação dos municípios, nos anos de 2006 e 2011, considerando a receita disponível para a educação e os gastos efetivamente realizados. Os dados foram coletados junto ao IBGE, ao INEP e ao FNDE, nesse último, na consulta à liberação de recursos federais e no Sistema de Informação sobre os Recursos Públicos em Educação (Siope).

RESULTADOS

Oferta Educacional (matrículas)

Em ambos os municípios, houve crescimento da educação infantil relacionado às creches, apenas. Nos municípios estudados, as matrículas não corresponderam às metas fixadas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011 para a educação infantil. Entre 2001 e 2011, Balneário Arroio do Silva tem suas matrículas do ensino fundamental passando da rede estadual para a rede municipal, e, apesar de ser uma mudança sutil, acompanha um processo de municipalização do ensino fundamental que já vem acontecendo em SC desde 1996. Já no município de Araranguá esse processo de municipalização do ensino fundamental não ocorre no período.

Alfabetização

A taxa de alfabetização em Araranguá em 2010 é de 96% e em Balneário Arroio do Silva é de 95%, um nível considerável de pessoas alfabetizadas, mas que, no entanto, não corresponde à meta estipulada pelo PNE de, até 2011, erradicar o analfabetismo no Brasil.

Cobertura Escolar

Os índices de cobertura educacional das crianças 0 a 3 anos são superiores aos da Região Sul e do Brasil, mas ainda estão distantes da meta de 50% de atendimento inscrita no PNE. Das crianças de 4 a 5 anos de Araranguá, 76% frequentam escola e 58% cursam o pré-escolar; em Balneário Arroio do Silva, 60% frequentam a escola e 49% estão na pré-escola. Das pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos, em Araranguá, 89% frequentam a escola e 78% estão no ensino fundamental; no Balneário Arroio do Silva, 98% frequentam a escola e 81% estão matriculadas no ensino fundamental

Receitas e gastos em educação dos municípios

Em 2006 e 2011, no município de Araranguá, os gastos totais em educação na rede municipal foram superiores às suas receitas disponíveis. Em ambos os anos, a Prefeitura despendeu em educação mais que os 25% mínimo da sua receita resultante de impostos, obrigatórios pela Constituição Federal. Dos gastos totais, a assistência da União cobriu, em 2006 e 2011, 7% e 9% respectivamente

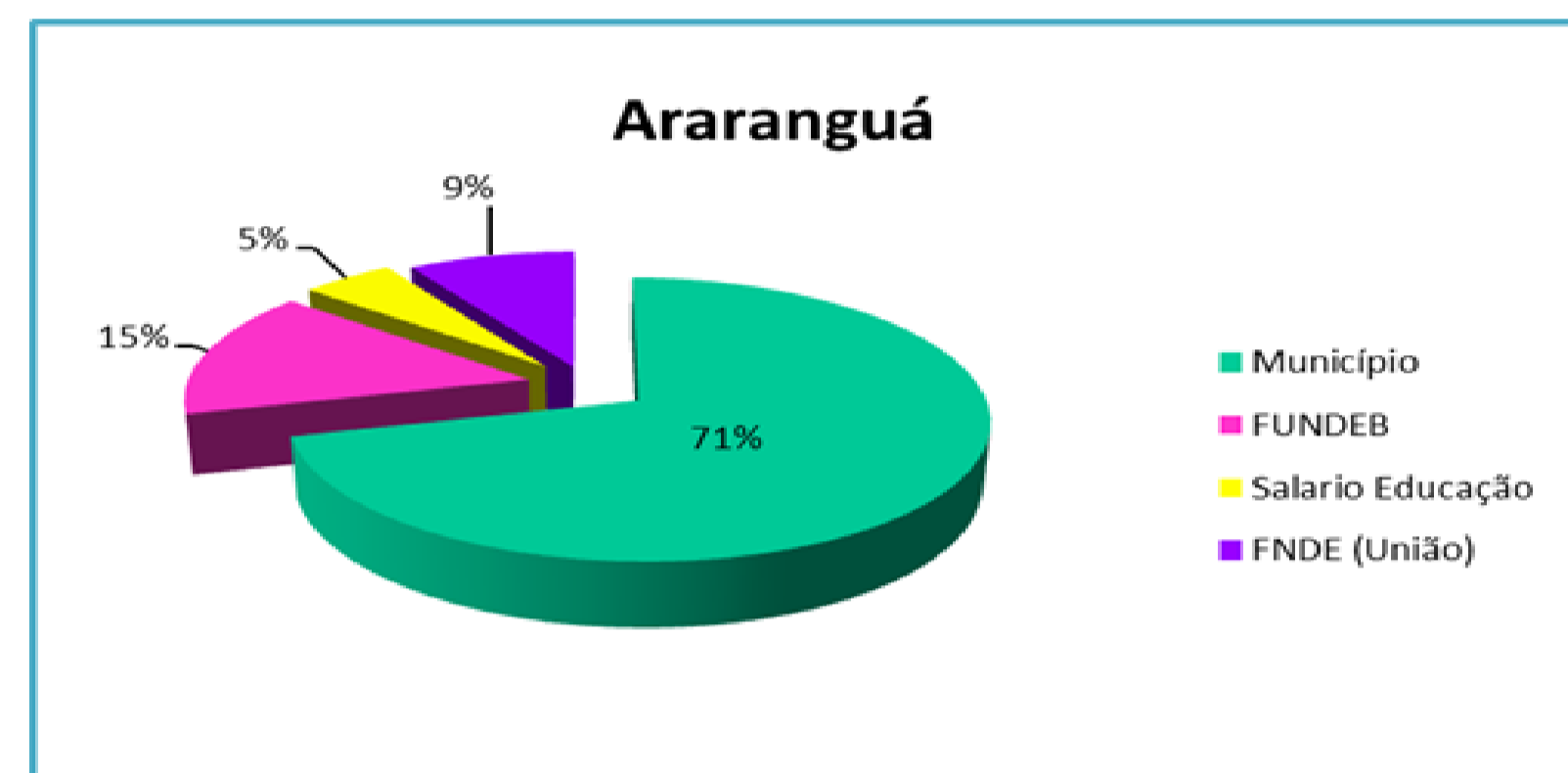


Figura 1 – Distribuição do gasto em educação, por fonte – Araranguá – 2011

Nota: Fundef e Fundeb dizem respeito a recursos a maior recebidos dos fundos.

No município de Balneário Arroio do Silva, o gasto em educação foi superior à receita disponível, tanto em 2006 quanto em 2011. De outra parte, cresceu o percentual da receita de impostos aplicada em manutenção e desenvolvimento do ensino – de 28,41% em 2006 para 31,19% em 2011. Em 2006 e 2011, a assistência da União foi a fonte de 15% e 7% dos gastos, respectivamente. Os valores da assistência cresceram, mas sua representatividade diminuiu, principalmente porque a Prefeitura despendeu mais em educação em 2011, com recursos próprios.

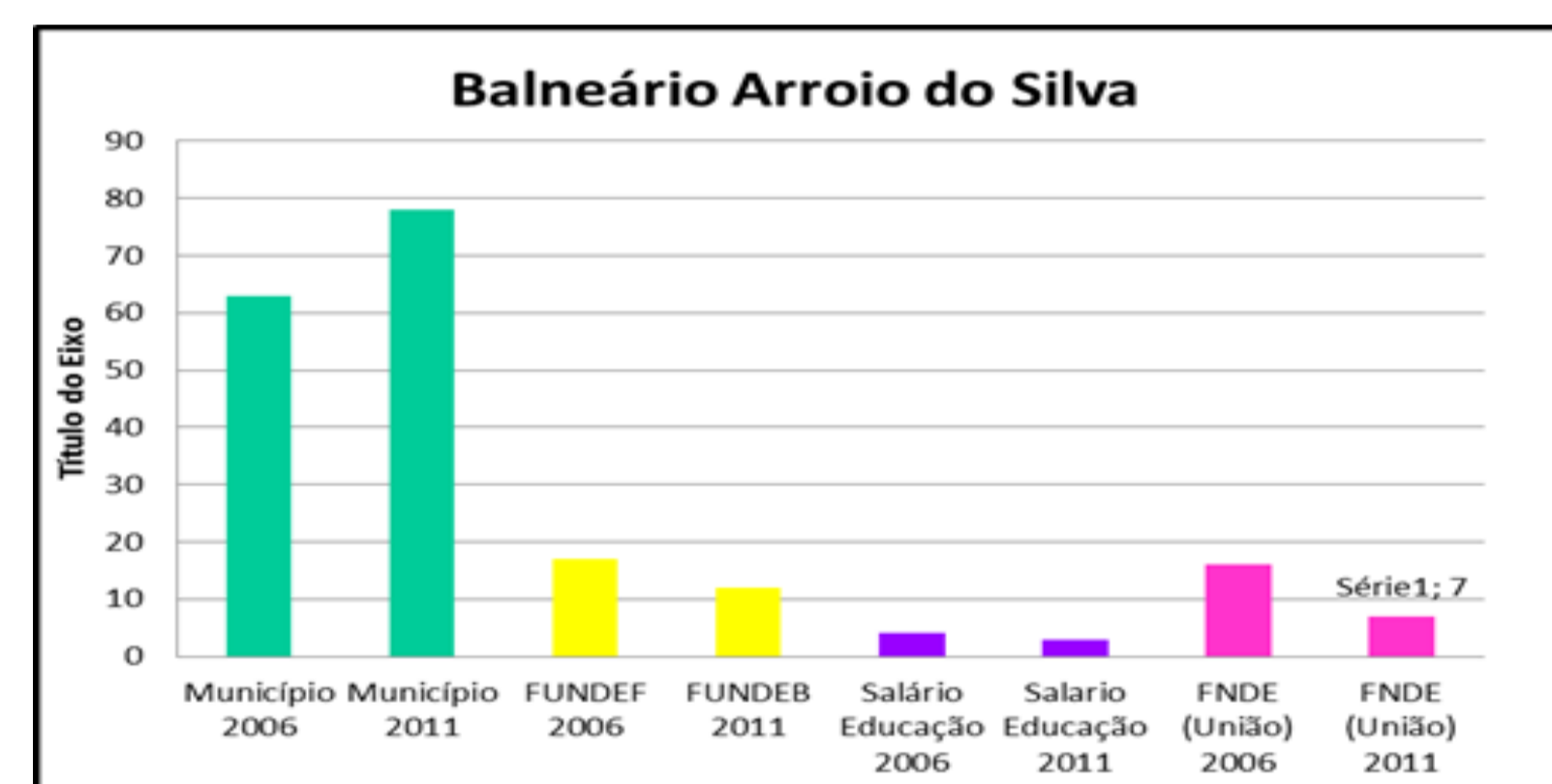


Figura 2 – Distribuição do Gasto em educação, por fonte – Balneário Arroio do Silva – 2011

Nota: Fundef e Fundeb dizem respeito a recursos a maior recebidos dos fundos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em ambos municípios, os gastos em educação aumentaram entre 2006 e 2011. Os dois têm uma oferta expressiva de educação infantil e de ensino fundamental, bem como a necessidade de expandir ainda mais o atendimento, tendo em vista as metas do PNE. Houve aumento no valor de gasto por aluno, mas o financiamento da educação nos municípios ainda não permite atingir valores que tem sido divulgados como mínimos para garantir condições de qualidade na educação. Nesse contexto, fica notória a necessidade de aumento nos recursos da assistência financeira da União, visto que, se os municípios despendem mais de sua receita resultante de impostos na educação, isso prejudicaria o atendimento de outras demandas, como saúde, transporte coletivo, segurança e saneamento, por exemplo.

REFERÊNCIAS

FARENZENNA, Nalú. **Implementação de planos de ações articuladas municipais: marcos e trajetórias de uma pesquisa de avaliação**. In: **Implementação de planos de ações articuladas municipais: uma avaliação em quatro estados brasileiros**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPel, 2012.
BRASIL. **Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107 Acesso em>. 20 abr. 2013
GOUVEIA, Andréa Barbosa. O financiamento da educação no Brasil e o desafio da superação das desigualdades. In: SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEIA, Andréa Barbosa & TAVARES, Tais Moura (orgs). **Políticas Educacionais: conceitos e debates**. Curitiba: Honoriis Causa Editora, 2012.